

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS EMPRESAS PELA CONTABILIDADE SOCIAL

Maurício Melo Dolabella *

Saindo da discussão puramente teórica, verifica-se que no Brasil ainda não existe regulamentação sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - D.V.A. por parte das empresas, fato este que já ocorre em outros países. O primeiro passo para a implementação dessa prática, acreditamos, seria ampliar a discussão sobre o assunto, tão importante e ainda pouco discutido.

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Dentro de uma abordagem sistêmica, a organização empresarial é um sistema aberto que interage com o ambiente externo na execução da atividade econômica. A empresa adquire do ambiente os recursos físicos, financeiros e tecnológicos que, através da ação humana, são transformados em bens ou serviços que são vendidos para satisfazer, direta ou indiretamente, às necessidades humanas.

Tradicionalmente, o objetivo principal da empresa é proporcionar um retorno aos seus acionistas e proprietários que, através de seus capitais, financiam os investimentos da empresa.

Entretanto, conforme colocam DUARTE & DIAS (1985), "a empresa não se resume ao capital e que este sozinho é improdutivo. Sem os recursos da terra (que por direito é de toda a humanidade e não só dos capitalistas) e sem a inteligência e o trabalho dos homens, o capital não produz riqueza, não satisfaz as necessidades humanas, não gera pro-

gresso, não melhora a qualidade de vida."

Verifica-se assim que empregados, administradores, governo e a comunidade em geral são grupos da sociedade que participam das atividades das empresas e, portanto, contribuem para que esta seja eficiente e eficaz.

Segundo ANSOFF (1990), "a empresa tem responsabilidades para com todos esses grupos e precisa configurar seus objetivos de modo a dar cada um certa medida de satisfação." Portanto, para os empregados e administradores, que fornecem a mão-de-obra, criatividade e idéias, a empresa tem a responsabilidade de fornecer-lhes uma remuneração justa, boas condições de trabalho, segurança e oportunidade de realização pessoal em seus empregos. Ao governo e à comunidade a empresa deve proporcionar uma melhoria das condições macroeconômicas da so-

* Professor Auxiliar do DCC/UFMG

cidade, tais como renda e emprego. Também deve contribuir para a proteção do meio ambiente, através de proteção de recursos naturais, controle de poluentes, utilização de produtos recicláveis, etc.

A existência de responsabilidade social por parte da empresa implica na necessidade desta evidenciar informações aos diferentes grupos sociais, de maneira que esses possam avaliar o desempenho da empresa no cumprimento de suas responsabilidades.

Um dos pressupostos que justifica a evidenciação pela empresa do cumprimento de suas responsabilidades é o chamado contrato social entre a empresa e a sociedade. De acordo com CHOI & MUELLER (1984) "a sociedade garante à empresa a liberdade de administrar uma significante parcela de seus recursos excedentes. Em retorno a este privilégio, as empresas têm a responsabilidade de prestar contas sobre a eficácia e eficiência na administração desses recursos."

A partir de quando existe a necessidade de informações sobre o desempenho social da empresa, surge a demanda por um instrumento adequado para tal; portanto, da preocupação com a responsabilidade social da empresa, nasce a idéia da Contabilidade Social, cujo objetivo, segundo HENDRIKSEN (1982), "é permitir uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa na sociedade."

Uma das formas de se avaliar os efeitos das atividades empresariais na sociedade é através da análise de seu desempenho econômico. Porém, conforme demonstraremos neste

trabalho, é necessário que a Contabilidade visualize a empresa dentro de uma nova teoria, mais ampla do que a teoria da entidade. Além disto, que passe a utilizar o conceito econômico de Valor Adicionado, em substituição ao conceito de lucro, como medida do desempenho da empresa.

2 TEORIA DA ENTIDADE

Pela teoria da entidade a empresa é analisada como uma entidade econômica com um patrimônio distinto do patrimônio de seus acionistas ou proprietários.

Segundo KAM (1986) existem duas versões sobre o objetivo da empresa nesta abordagem teórica. Na versão tradicional a empresa é uma entidade operando em benefício de seus acionistas, conseqüentemente, a contabilidade deve evidenciar informações sobre a evolução dos investimentos destas pessoas. A nova interpretação desta teoria considera a entidade agindo por si mesma, com o objetivo de garantir sua sobrevi-

vência e, portanto, o reporte de informações contábeis aos acionistas se deve ao cumprimento de requisitos legais e à manutenção de boas relações com estes para o caso de uma necessidade futura de novos capitais.

Ainda, segundo o mesmo autor, destas duas versões da teoria da entidade deriva a mesma prática contábil, ou seja, a evidenciação da evolução do patrimônio da empresa. Porém, conforme nos diz CAUVIN (1981), "é necessário observar que os acionistas são os proprietários da empresa e que toda modificação da riqueza da empresa é de fato uma modificação da riqueza dos seus acionistas. A autonomia contábil da empresa e sua personalidade jurídica e moral são portanto, funções através das quais aparecem os relacionamentos econômicos reais."

Assim, verifica-se que a teoria da entidade e a prática dela derivada é a representação contábil da visão tradicional da empresa que possui como único objetivo a remuneração do capital e, portanto, esta teoria não é adequada à abordagem da Contabilidade Social, pois não permite que diferentes grupos avaliem o desempenho econômico da empresa para com a sociedade.

3 TEORIA DO EMPREENDIMENTO

Pela teoria do empreendimento proposta por SUOAJEN (1954) a empresa é uma instituição social cujas decisões afetam diferentes grupos, como por exemplo, acionistas, empregados, credores, consumi-

dores, instituições governamentais e o público em geral.

HENDRIKSEN (1982) faz uma comparação entre as duas teorias dizendo que: "... na teoria da entidade a empresa é considerada uma entidade econômica separada operando principalmente para o benefício dos acionistas, enquanto na teoria do empreendimento a empresa é uma instituição social operando para o benefício de muitos grupos interessados."

A teoria do empreendimento tem como consequência na prática contábil estender a responsabilidade de se evidenciar informações, através de demonstrativos contábeis, não apenas aos acionistas, mas também a outros grupos que participam ou são influenciados pela atividade empresarial.

Entretanto, para se avaliar o desempenho econômico de uma empresa, no sentido de sua contribuição para a sociedade, o conceito de lucro é insuficiente pois, este é apenas a contribuição desta para um único grupo social: os acionistas. Uma forma mais ampla de se analisar economicamente uma empresa é através do valor econômico que ela agrega aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado, bem como a forma pela qual este é distribuído entre os diferentes grupos sociais que participam de suas atividades.

O conceito de valor adicionado, também denominado de valor agregado, é utilizado em economia para o cálculo do produto nacional de um país ou região. Segundo SAMUELSON (1979) "denomina-se de valor

adicionado em determinada etapa de produção, a diferença do valor bruto produzido (igual a venda mais acréscimos nos estoques) e os consumos intermediários."

Considerando uma empresa, uma etapa do processo produtivo, o seu valor adicionado será igual ao valor total de sua produção (produtos vendidos, acréscimos nos estoques e ativo fixo construído ou desenvolvido internamente) diminuído dos bens e serviços adquiridos de terceiros, tais como matéria-prima, luz, água, serviços e materiais diversos.

De acordo com SUOJANEN (1954), "o método do valor adicionado é baseado no conceito econômico de renda e, consequentemente, enfatiza a produção como sendo a medida de desempenho social da empresa. A utilização do conceito de valor adicionado (na contabilidade) visa mensurar o valor total da produção da empresa, diminuído dos recursos de terceiros consumidos e sua distribuição entre os participantes ou grupos sociais que, direta ou indiretamente, contribuem para gerá-lo."

Sabendo-se que pela teoria do empreendimento a empresa é analisada como sendo uma instituição social composta de diferentes grupos e que o valor adicionado é o conceito mais adequado para se avaliar o seu desempenho econômico, a prática contábil deve, através de demonstrativos contábeis, fornecer informações adequadas aos diferentes grupos que, ao contribuírem nas atividades da empresa, estão interessados em analisar a evolução (crescimento ou queda) do valor adicionado geral em um período e a forma como esse é distribuído.

4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstração do Valor Adicionado (D.V.A.) é um demonstrativo contábil que evidencia o montante do valor adicionado de uma empresa, calculado através da diferença entre o valor total da produção de um período e o custo de recursos adquiridos de terceiros necessários a esta produção. A D.V.A. objetiva também evidenciar o quanto é distribuído a cada grupo que participa da atividade empresarial, distribuição esta realizada da seguinte forma:

a) empregados e administradores - os pagamentos de salários, gratificações e outros encargos sociais que lhes beneficiam diretamente;

b) governo - a parcela de impostos e encargos sociais pagos pela empresa ou por esta em nome dos empregados;

e) fornecedores externos de capitais - os juros, quando se trata de instituições financeiras e as despesas de aluguel para os donos de propriedades alugadas pela empresa;

d) acionistas - os dividendos distribuídos no período.

O restante do valor adicionado não distribuído aos grupos acima, corresponde à parcela do valor adicionado que é destinada a novos investimentos na empresa. Tradicionalmente, e de acordo com aspectos legais, esta parcela pertence aos acionistas. Entretanto, conforme diz HENDRIKSEN (1982), "... na teoria do empreendimento os ganhos reinvestidos na empresa não beneficiam necessariamente somente aos acionistas. O capital empregado para manter posição no mercado, melhorar a produtividade ou promover uma expansão geral pode, mas não necessariamente, beneficiar somente aos acionistas."

O conceito de valor adicionado já é incorporado em demonstrações contábeis de muitos países, principalmente europeus. Na Inglaterra o "THE CORPORATE REPORT" (1975), propôs que as empresas publicassem anualmente a demonstração do valor adicionado e uma das razões para esta proposição foi: "A simples e mais imediata forma de se colocar o lucro dentro de uma perspectiva frente a frente a empresa como sendo um esforço coletivo de capital, administradores e empregados é através da demonstração do valor adicionado..." Nós aceitamos a proposição que o lucro é uma parte essencial da economia de mercado e que, em consequência sua função positiva e criativa deverá ser clara-

e fundos para novos investimentos. A interdependência de cada um é feita de forma mais transparente pela demonstração do valor adicionado." (CHOI & MUELLER, 1984).

A elaboração da D.V.A. não tem como objetivo substituir a demonstração de resultado tradicional pois, segundo SUOJANEN (1954), "o que é proposto é uma demonstração a ser preparada pela empresa

mente reconhecida e apresentada. Mas o lucro é somente uma parte do valor adicionado e deste também fazem parte salários, juros, impostos

TABELA 1
Demonstração do Resultado
Empresa Comercial XPTO
Valores em Mil Cruzeiros

	19X1	19X2
Vendas Brutas	3300	4000
Impostos sobre vendas	(300)	(400)
Vendas Líquidas	3000	3600
Custo das Merc. Vendidas	(1800)	(1950)
Lucro Bruto	1200	1650
Despesas		
Salários Líquidos	200	240
Encargos Sociais do Empregado	30	50
Encargos Sociais da Empresa	100	160
Materiais Diversos	100	170
Serviços de Terceiros	120	100
Despesas Financeiras	100	150
Aluguéis	60	70
Depreciação	80	120
Total das Despesas	(790)	(1060)
Lucro antes Imposto de Renda	410	590
Provisão p/ Imposto de Renda	(120)	(150)
Lucro Líquido	290	440
Dividendos Propostos	(140)	(260)
Lucro Retido	150	180

TABELA 2
Demonstração do Valor Adicionado
Empresa Comercial XPTO

Valores em Mil Cruzeiros

Cálculo do Valor Adicionado	19X1	%	19X2	%
Vendas Brutas	3300	100	4000	100
Recursos Adquiridos de Terceiros				
Custo das Merc. Vendidas	1800	55	1850	49
Materiais Diversos	100	3	170	4
Serviços de Terceiros	120	4	100	2
Total	(2020)	62	(2220)	55
Valor Adicionado Bruto	1280	38	1780	45
Depreciação	(80)	2	(120)	3
Valor Adicionado Líquido	1200	36	1660	42
Distribuição do Valor Adicionado	19X1	%	19X2	%
Valor Adicionado Distribuído	1200	100	1660	100
Participação dos Empregados				
Salários	200	17	240	14
Participação do Governo				
Imposto Sobre Vendas	300	25	400	24
Encargos Sociais do Empregado	30	3	50	3
Encargos Sociais da Empresa	100	8	160	10
Provisão p/ Imposto de Renda	120	10	150	9
Total	550	46	760	46
Participação dos Capitais Externos				
Despesas Financeiras	100	8	150	9
Aluguéis	60	5	70	4
Total	160	13	220	13
Participação dos Acionistas				
Dividendos Propostos	140	12	260	16
Valor Adic. Retido p/ Investimentos				
Lucros Retidos	150	12	180	11

para fornecer informações aos vários participantes, adicionalmente àquelas que eles obtêm na demonstração de resultado ou balanço patrimonial, demonstrações estas que deveriam, continuar a ser publicadas."

Em termos práticos, a D.V.A. diferencia-se da demonstração de resultado tradicional pois esta, com o objetivo de informar o lucro de um período, considera os salários, encargos sociais, impostos e juros como sendo despesas a serem deduzidas das receitas para apuração do lucro. Já a D.V.A. considera esses gastos acima como parcelas do valor adicionado destinadas aos empregados, governo e credores da empresa.

Com a finalidade de exemplificação desta diferença, apresentamos ao lado as demonstrações de resultado e de valor adicionado da empresa fictícia Comercial XPTO; demonstrações estas elaboradas com base nos mesmos saldos contábeis ao final de dois períodos. Considera-se para simplificação, que não houve nos períodos variação de estoques, construção de ativo fixo pela própria empresa, não existe rendimentos não operacionais e que a taxa de inflação é nula.

Ao se comparar as duas demonstrações acima, pode-se verificar que a principal diferença refere-se à forma de classificação e evidenciação dos gastos dos períodos.

Analisando-se os dados da D.V.A., podemos verificar que entre os dois períodos houve uma melhoria do desempenho econômico da empresa, que se deve principal-

mente à função de um aumento de vendas superior ao aumento dos recursos de terceiros consumidos. Quando analisamos a distribuição do valor adicionado entre os dois períodos, verifica-se que aumentou a participação dos acionistas, sobre este passando de 12% para 16%, enquanto que diminuiu-se a participação dos empregados (17% para 14%) e dos lucros retidos (12% para 11%). Já as participações do governo e dos capitais externos mantiveram-se constantes.

Estas informações não são obtidas diretamente da demonstração de resultado e, por isto, acredita-se que a D.V.A. tem a potencialidade de atender às necessidades de informação de um número maior de usuários.

5 USUÁRIOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A partir de quando a D.V.A. evidencia o desempenho econômico da empresa, os diferentes grupos sociais, que participam da distribuição deste desempenho, poderão utilizar das informações contidas neste demonstrativo contábil como instrumento de auxílio às suas decisões de natureza econômica. Entre os principais usuários destacamos o governo, os empregados ou grupo que os representem (sindicatos) e os gestores da empresa.

a) Governo

Uma primeira utilização da D.V.A. pelo governo seria para o cálculo do produto interno bruto.

Segundo IUDÍCIBUS (1989), "...se todas as atividades econômicas desenvolvidas no País fossem desenvolvidas em entidades que levantasse demonstrações de valor adicionado da forma vista acima, a consolidação de tais demonstrações, excluídas as duplas contagens, já seria o próprio PIB, muito mais corretamente estimado do que atualmente."

RAHMAN (1990) propõe que as empresas multinacionais elaborem, nos países em desenvolvimento nos quais investem, demonstrações de valor adicionado local (The Local Value Added Statement) de forma que o governo destes países possam avaliar o impacto das operações dessas empresas na criação da riqueza interna.

Uma terceira utilidade desta demonstração seria para se analisar a participação do governo, através dos impostos, sobre o valor adicionado das empresas, principalmente quando as alíquotas de alguns tributos são definidas em função do valor adicionado; (Exemplo no Brasil o IPI e o ICMS);

b) Empregados

A elaboração da D.V.A. para os empregados e sindicatos tem como

objetivo permitir a esses analisar a remuneração dos trabalhadores dentro da atividade empresarial, em comparação às remunerações dos administradores e do capital. De acordo com MOST (1982), "...valor adicionado é um importante fator nas negociações coletivas desde que os sindicatos tendem a maximizar a participação do trabalho neste montante."

A parcela de valor adicionado destinada a novos investimentos também interessa aos empregados e sindicatos, pois é através de investimentos que a empresa irá gerar novos empregos, garantir a sua sobrevivência e aumentar o valor adicionado a ser distribuído para a sociedade como um todo.

c) Gestores

Dentro das empresas, a D.V.A. também pode ser utilizado como instrumento de contabilidade gerencial pois permite orientar o comportamento dos indivíduos em direção à uma gestão eficaz. Porém, para que tal fato ocorra, acreditamos que a contabilidade gerencial tenha como função objetiva o modelo de maximização do bem estar social. BELKAOUKI (1984) nos diz que "em contabilidade gerencial o modelo de maximização do bem estar social implica no desenvolvimento de um sistema de contabilidade orientado para a medida da performance social...isto implica também no desenvolvimento de um novo conceito de desempenho da organização que seja mais indicativo da responsabilidade social da firma que aquela utilizada na contabilidade tradicional."

Conforme abordado, a D.V.A. permite avaliar a contribuição da empresa para a sociedade. Assim, a partir de quando os gestores utilizarem das informações da D.V.A. no processo de planejamento e controle das ações empresariais, a empresa estará buscando ser eficaz no cumprimento de suas responsabilidades para com os diferentes grupos, sejam estes acionistas, empregados, governo e a comunidade em geral.

A D.V.A. também pode ser utilizada para fins de motivação dos empregados pois, segundo MORLEY (1979), "quando completamente informados sobre o valor adicionado, eles deveriam estar mais motivados para trabalhar, serem mais cooperativos e mais identificados com seu trabalho." Porém, condicionando este aspecto, DICKINSON (1979) afirma que: "a motivação das pessoas para contribuir para o processo de criação de valor adicionado repousa no contrato introduzido para dividir os ganhos alcançados...O contrato de valor adicionado consegue, a princípio, uma concordância mútua na divisão, de forma que todos (empregados e gestores) estão cientes de como os ganhos serão divididos, para quem e quando."

6 PRINCÍPIOS E PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DO D.V.A.

Para se estabelecer alguns princípios e práticas contábeis, cujos conteúdos definirão as regras de mensuração e evidenciação da

D.V.A., faz-se necessário duas etapas anteriores. Primeiro que se defina o(s) usuário(s) da D.V.A., ou seja, a quem se destina a demonstração para a qual se estabelece princípios e práticas. Segundo, que se analise o modelo decisório destes usuários, de forma que as informações fornecidas sejam adequadas e que as decisões tomadas conduzam aos objetivos propostos.

Conforme colocado anteriormente, diferentes são os usuários da D.V.A. e diferentes são os objetivos destes e, portanto, tais aspectos devem ser levados em consideração no estabelecimento de princípios e práticas contábeis, pois, conforme coloca CHOI & MUELLER (1984), "sem hipóteses testáveis sobre como a informação do valor adicionado pode ser utilizada não é possível estabelecer regras de mensuração e evidenciação logicamente suportáveis".

Segundo os mesmos autores acima, pesquisas úteis já foram realizadas e das quais pode-se extrair

algumas recomendações que são abaixo citadas e comentadas:

a) "A elaboração do valor adicionado com base na produção e não nas vendas é preferível e digno de experimento"

Este princípio, contrariando ao princípio da realização, se justifica pelo fato de que economicamente e conforme utilizado na contabilidade nacional, a empresa adiciona valor durante o processo produtivo e não apenas quando da venda dos produtos, ou seja, deve-se computar no cálculo do valor adicionado o valor que se agrega aos estoques, e ao ativo fixo das empresas. Este princípio é adotado na prática por alguns europeus, tais como Alemanha e França;

b) "Valor adicionado deve ser mensurado e evidenciado em bases brutas e líquidas, caso este demonstrativo tenha o objetivo de atender a um amplo conjunto de usuários. Depreciação não deve ser tratada como uma distribuição do valor adicionado."

Os proponentes da evidenciação do valor adicionado em termos brutos e o tratamento da depreciação como parcela destinada a reposição dos ativos da empresa justificam que esta forma é mais objetiva, pois elimina a influência dos métodos subjetivos de depreciação sobre o valor adicionado. Já os proponentes de se evidenciar o valor adicionado em termos líquidos colocam que a depreciação, assim como os materiais consumidos são custos do período e, portanto, não podem ser distribuído pois, agindo dessa forma, a empresa estará se descapitalizando.

Na prática de países como França, Alemanha e Inglaterra a evidênciação do valor adicionado é realizada apenas pelo adicionado bruto;

c) "Ajustes de inflação são necessários se a influência no valor adicionado for significativa."

Países com altas taxas inflacionárias, como é o caso do Brasil, devem adotar procedimentos contábeis de evidênciação, levando-se em consideração a variação do poder aquisitivo da moeda. Para isto, os itens da D.V.A. deveriam ser apresentados em moeda de mesmo poder aquisitivo e os ganhos ou perdas nos itens monetários seriam considerados como um acréscimo ou redução do valor adicionado retido;

d) "Itens não operacionais devem ser evidenciados separadamente abaixo do cálculo do valor adicionado. Tais itens não devem ser excluídos do demonstrativo de valor adicionado. Existe uma premente necessidade para uma abordagem mais compreensiva e sistemática de evidênciação e apresentação."

Os resultados econômicos não operacionais, tais como resultados de equivalência patrimonial, não são gerados pelas atividades produtivas da empresa e, portanto, não afetam o valor adicionado por ela gerado. Entretanto, conforme coloca o princípio acima, esses resultados devem ser somados ou subtraídos do valor adicionado de forma que a parcela destinada a ser retida da empresa seja a mesma obtida da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e, portanto, não deve haver diferença entre as cifras for-

necidas por diferentes demonstrativos contábeis;

e) "A segmentação do valor adicionado é desejável e ao menos deveria envolver uma segmentação entre as atividades nas regiões internas e externas do país."

Em cada região ou país uma empresa obtém diferentes valores adicionados e esta informação é útil, conforme abordado anteriormente, para que os governos possam analisar o impacto das atividades da empresa dentro de seus estados ou países;

f) "A evidênciação das divisões relativas na distribuição do valor adicionado deve ser feita em uma base mais sistemática. A parcela dos empregados e governo deve ser evidenciada com base nos montantes atualmente pagos. No caso dos acionistas o montante de lucro atribuído, assim como pago na forma de dividendos, deve ser evidenciado como sua participação."

Esta prática visa identificar o quanto é distribuído a cada grupo social, sendo a parcela do valor adicionado retida para novos investimentos considerada como uma participação dos acionistas. Entre-

tanto, conforme colocado anteriormente, esta parcela do valor adicionado retida não necessariamente irá beneficiar somente os acionistas pois, os empregados também podem receber uma remuneração na forma de participação nesta parcela retida.

7 CONCLUSÃO

As empresas não são organizações econômicas que existem com o único objetivo de gerar lucro aos seus acionistas. As empresas, sejam estas públicas ou privadas, existem para satisfazer às necessidades humanas através dos bens e serviços que ela produz ou comercializa e, nesta atividade, ela assume responsabilidades para com grupos sociais que contribuem com seus esforços, seja na forma de capital, trabalho ou infraestrutura, para que haja a continuidade de suas operações.

Da existência de responsabilidade para com diferentes grupos, a empresa necessita evidenciar a estes o seu desempenho no cumprimento dessas responsabilidades e, para isto, deve haver um sistema de informação. Neste contexto a abordagem da Contabilidade Social é relevante pois, a partir de quando analisa a empresa pela teoria do empreendimento e utiliza do conceito de valor adicionado como medida de desempenho permitirá que, através da D.V.A., se avalie o impacto econômico de uma empresa sobre a sociedade como um todo e para com os grupos sociais que participam de suas atividades.

Porém, saindo de uma discussão puramente teórica, verifica-se que no Brasil ainda não existe regulamentação sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado por parte das empresas, fato este que já ocorre em outros países. Entretanto, dois projetos legislativos atualmente no Congresso Nacional podem vir a requerer uma discussão entre contadores, economistas, advogados, representantes do governo, universidades, e entidades de classe sobre tal matéria.

Primeiro o Projeto no. 54 do Senador Valmir Campelo prevê que todas as empresas, obrigadas legalmente à escrituração contábil, deverão também elaborar a Demonstração do Valor Adicionado.

Segundo, o Projeto no. 155 do Senador Fernando Henrique Cardoso, já aprovado no Senado, regulamenta "a participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa, ou nos ganhos de produtividades do trabalho, como instrumentos de integração entre o capital e o trabalho e de incentivo à produtividade..." (ALBUQUERQUE, 1991).

Porém, este último projeto não define o que sejam os resultados da empresa e nem a forma pela a qual são mensurados. Não seriam estes resultados o Valor Adicionado? Esta é uma questão a ser debatida por contadores e outros profissionais.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ALBUQUERQUE, L. G. Participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas:

questões para reflexão. Revista de Administração, São Paulo, USP, V.26, 1991.

- 2 ANSOFF, H. Igor. A nova estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 1990.
- 3 BELKAOUKI, A. La fonction objective en comptabilité de gestion. Analyse Financière, n. 58, 1984.
- 4 CAUVIN, C. L'information comptable et financière des salariés. Masson, 1981.
- 5 CHOI, F.D.S., MUELLER, G. International accounting. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.
- 6 COX, B. Value added and management accounting. In: COWE, R. Handbook of management accounting. Gower, 1988.
- 7 DICKINSON, J.A. Adding value can be fun... - Management Accounting (UK), New York, 1979.
- 8 DUARTE, G.D., DIAS, J.M. Responsabilidade social - a empresa
-

hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

- 9 GARY, K.M., GRAY, S.J. The value added statement: an innovation for U.S. companies? Accounting Horizons, jun. 1988.
- 10 GLAUTIER, M.W., UNDERDOWN, B. Accounting theory and practice. 3.ed. Pitman, 1982.
- 11 HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting theory. 4. ed. Homewood: Richard D. Irwin, 1982.
- 12 IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- 13 __. Utilização de demonstrações contábeis para finalidades econômicas. Boletim do Contador (IBRACON), jun. 1990.
- 14 JAGGY, B. An analysis of corporate social reporting in Germany. The International Journal of Accounting, v.15, Spring, 1980.
- 15 KAM, Vernon. Accounting theory. New York: John Wiley, 1986.
- 16 LAUNOIS, S. Sociologie de la comptabilité. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- 17 LUCA, M.M. de. Demonstração do valor adicionado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração.
- 18 MORLEY, M.F. The value added statement in Britain. The Accounting Review, Wisconsin, v.54, n.3, p.618-629, jul. 1979.

- 19 MOST, K.S. Accounting theory. 2.ed. Grid, 1982.
- 20 A NOVA medida de eficácia da gestão. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, v.11,n.36, p.6-12, jan./mar. 1981.
- 21 RAHMAN, M.Z. The local value added statement: a reporting for multinationals in developing host countries. The International Journal of Accounting, n.25, 1990.
- 22 RODRIGUES, Alberto xAlmada. Custos e valor adicionado.
- 23 SAMUELSON, P. Introdução à análise macroeconômica. Rio de Janeiro: Agir, 1979.
- 24 SANTOS, N. Reflexos sobre a demonstração de resultado do exercício. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1990. (Trabalho apresentado na disciplina de Contabilidade Societária do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade).
- 25 SUOAJEN, W.W. Accounting theory and the large corporation. The Accounting Review, Wisconsin, jul. 1954.
- 26 TINOCO, J.E.P. Balanço social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1981.
- 27 Uma NOVA demonstração contábil: a do valor adicionado. IOB: Informações Objetivas. Temática Contábil e Balanços, n.11, 1989.

CONCLUSIONES DE LA XV JORNADA DE CIENCIAS ECONÓMICAS DEL CONO SUR

Del 28 de noviembre al 1ro. de diciembre de 1990, Paraguay

INFORME DE LA COMISION DE ESTUDIO DEL AREA DE EDUCACION

**RELATOR: HAMILTON
PARMA (BRASIL)**

EDUCACION CONTINUADA PARA PAISES EN DESARROLLO

SE CONCLUYE para el tema que:

1. La educación continuada sólo puede concebirse dentro de un sistema de organización profesional que permita el adecuado control de su aprovechamiento y del nivel requerido para continuar ejerciendo la profesión.
2. La realidad que presenta la profesión contable en los países representados en las Jornadas, indica que no es hoy practicable organizar sistemas de educación continuada integral de acuerdo con los lineamientos señalados en el numeral anterior.
3. Es una necesidad de los profesionales universitarios recibir los elementos necesarios para mantenerse al día con el desarrollo y avance de cada profesión.

MEDIDAS PARA EL MEJORAMIENTO DE LA ENSEÑANZA DE LA CONTABILIDAD EN LAS UNIVERSIDADES

Se CONCLUYE para el tema que:

1. Es requisito necesario para mejorar la enseñanza universitaria, que las Universidades reafirmen su papel de centro irradiador de cultura, siendo a la vez centro preservador de cada cultura con sus características locales. En su acción, estas Universidades deben diseminar el saber para activar y desarrollar los sentidos crítico e innovador.
2. Las Unidades Académicas, integrantes de Universidades con dichas características, deben priorizar las investigaciones para posibilitar el papel de los docentes como creadores de conocimiento en vez de ser transmisores de conocimientos preexistentes.
3. En las actividades de investigación y docencia se deben priorizar las teorías y la filosofía contables, sin dejar de lado el avance tecnológico.
4. Los docentes deben tener acceso a programas de perfeccionamiento y educación de técnicas que les permitan fortalecer la interacción con los alumnos en la búsqueda de actitudes positivas y críticas que mejoren la enseñanza y el aprendizaje.
5. Las Unidades Académicas deben tratar de alcanzar el objetivo de ser centros creadores de conocimiento, donde los investigadores, los docentes y los alumnos se sientan integrantes de una unidad a la que traten de perfeccionar en forma permanente, teniendo conciencia de que participan dentro de esa unidad y que la misma es el resultado de la interacción de todos sus integrantes.